

# Ordem Social aguarda quórum

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A sessão de ontem da Constituinte foi suspensa por falta de quórum. Apenas 275 constituintes — o quórum mínimo é de 280 — estiveram no plenário para o início da votação do Título VIII, que trata da ordem social. O presidente Ulysses Guimarães apelou aos constituintes que esticaram o já prolongado fim de semana que retornassem a Brasília até as 14h30 de hoje, para a votação do último capítulo da parte permanente do projeto da Constituição.

Ulysses Guimarães fez a verificação de quórum para encerrar o pinga-fogo de quase duas horas, quando os constituintes se revezaram na tribuna para tratar dos mais diversos assuntos. As lideranças partidárias não haviam ainda fechado nenhum acordo sobre as matérias polêmicas da ordem social. Os líderes correram para o plenário apenas para registrar presença, acendendo para a Mesa que os entendimentos não haviam chegado ao fim.

As 18h45, a sessão foi encerrada com a promessa de Ulysses Guimarães de telefonar para os ausentes e exigir seu retorno a Brasília ainda hoje. "Não há razão que justifique o não desenvolvimento de nossos trabalhos. Precisamos urgenciar a votação do capítulo da ordem social, para entrarmos na reta final do projeto de Constituição", afirmou Ulysses.



Alencar Monteiro

Faltaram cinco constituintes para haver votação sobre o capítulo da ordem social

## Na saúde, Sant'Anna é aliado da esquerda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos no capítulo da saúde os sanitaristas e parlamentares xixitas terão um poderoso aliado — o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que tem acatado todas as teses da esquerda favoráveis à estatização da saúde pública, e já conseguiu a adesão de cerca de 50 centristas a sua posição. Sant'Anna negou que sua vinculação a esta tese se deva ao fato de ser casado com uma militante do Movimento Sanitário Nacional, a médica Fabíola Nunes. "Meus ideais nessa área são anteriores à existência do Centrão e são extraconjugais", afirmou.

Foi como ministro da Saúde que Carlos Sant'Anna convocou e realizou a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1979, criando o sistema único de saúde, ocasião em que Fabíola Nunes teve marcante atuação no Movimento Sanitário Nacional. "Mantive-me coerente. Sempre defendi as mesmas posições na área da saúde pública desde os tempos de Tancredo Neves, quando fui um dos que elaborou o projeto da saúde para os primeiros cem dias de seu governo", observou o líder do governo, ressaltando que suas idéias nesse setor são totalmente aceitas pelo Centrão porque seus integrantes já as conheciam desde o começo da Constituinte.

Mediador

Atuando como mediador nas

negociações entre a liderança do PMDB, as esquerdas e o Centrão no capítulo da saúde, Carlos Sant'Anna tem conseguido reverter vários votos de simpatizantes da privatização do setor. Muitos parlamentares o procuraram semana passada para avisá-lo que votariam o projeto da Sistematização desde que ele atuasse como mediador nas reuniões com Mário Covas para chegar a um consenso nesse capítulo evitando o confronto em plenário, provavelmente hoje.

Sant'Anna acredita num acordo prévio. Ele disse que ontem quase todos os itens do capítulo estavam acertados com o Centrão, inclusive o que prevê a implantação de um sistema único de saúde no setor público. Na busca de um entendimento, porém, a área privada deverá ficar fora do sistema, atuando de forma apenas complementar e opcional. O líder do governo apresentou uma emenda no capítulo ao Artigo 234, propondo que as ações e serviços de saúde são de natureza pública", e um destaque ao texto da Sistematização prevendo que "cabe ao poder público a execução, regulamentação e controle das ações e serviços públicos".

Quanto à estatização dos bancos de sangue, Sant'Anna defende sua remessa à lei ordinária, que ficaria incumbida de legislar sobre a coleta, transfusão, transporte do sangue e seus derivados, vedando todo tipo de comercialização do produto.

## Medicina liberal luta contra os sanitaristas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dois grupos de lobistas do setor de saúde, poderosos e identificados ideologicamente, estão desde ontem atuando diretamente sobre os parlamentares: de um lado estão os representantes do empresariado hospitalar e da medicina liberal, pregando a privatização do setor; do outro, os sanitaristas, defendendo a implantação de um sistema unificado de saúde pública, controlado pelo Estado, como alternativa para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Segundo representantes das duas facções, são 1.500 lobistas, número que deve aumentar hoje.

As cúpulas das duas correntes passaram todo o dia de ontem acompanhando de perto as negociações entre as lideranças do PMDB e do Centrão. Do lado de fora das reuniões entre parlamentares, aguardavam os principais representantes dos sanitaristas, ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), liderados pelo presidente da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca. O empresariado estava representado pela direção da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), Associação Médica Brasileira (AMB), Cooperativas Médicas (Unimed) e Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrange).

Persuasão

As diversas entidades lobistas iniciaram sua ação de persuasão enviando aos gabinetes dos parlamentares folhetos e notas discorrendo sobre suas teses. A AMB, por exemplo, emitiu nota defendendo alterações no projeto do relator Bernardo Cabral, alegando que a subordinação da livre iniciativa ao setor público "contraria princípios universais e não atende à realidade brasileira".

O mesmo temor foi manifestado na nota da Abrange. Segundo o presidente da entidade, Mário Martins Filho, 80% do atendimento médico-hospitalar do País está a cargo da iniciativa privada, e um leito em hospital público é seis vezes mais caro que um particular. Os sanitaristas, porém, afirmam que isso ocorre pois no custo total estão incluídos medicamentos, enfermagem e hotelaria, não computados na estatística da rede privada.

Com um telão instalado na entrada da Câmara, os sanitaristas tentarão provar que sua proposta não é estatizante. São 15 minutos de filme, nos quais o próprio presidente Sarney defende a unificação do sistema nacional de saúde, ao discursar na abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1985. No filme, além disso, atores como Fernando Montenegro e Mário Lago, entre políticos e profissionais, tentam desmistificar a idéia de que o projeto da Sistematização é estatizante.

## Empresários prometem derrubar o tabelamento

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, anunciou ontem que a União dos Empresários do Brasil fará uma grande mobilização no segundo turno de votação da Constituinte contra a emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que limitou os juros em 12% ao ano. A decisão dos empresários foi tomada após reunião realizada ontem na sede da CNC, na qual estiveram presentes presidentes de várias confederações.

"Os 314 constituintes que apoiaram esta emenda estão divorciados da realidade da economia nacional e o primeiro contraventor dessa medida, se ela for mantida, vai ser o próprio governo", afirmou Oliveira Santos.

Segundo ele, os empresários vão tentar derrubar ainda no segundo turno os artigos que criaram o turno único de seis horas de trabalho, a greve irrestrita, a imprescritibilidade das causas trabalhistas e a licença-paternidade. Os empresários não pretendem eliminar os 120 dias de licença-gestante, mas acreditam que a medida vai servir para discriminar o trabalho da mulher.

Sobre as medidas adotadas até agora pela Constituinte, os empresários criticaram o sistema de descentralização de arrecadação e distribuição das verbas públicas, porque "inviabilizou o funcionamento da União como unidade autônoma

econômica e financeiramente". Condenaram a cobrança do Imposto de Renda progressivo sobre pessoas físicas e jurídicas: "Cada vez que a União tem problemas de caixa — disse o presidente da CNC — eleva a alíquota do assalariado, cobra dos bancos duas vezes, institui o imposto trimestral, sempre alegando que são estes que podem pagar o imposto quando, na verdade, o melhor era criar um sistema mais equitativo que fosse distribuído por toda a sociedade". Antônio Oliveira Santos advertiu que a fonte do governo poderá secar, "porque não há mais ricos para pagar Imposto de Renda, principalmente quando persistem desvios através das isenções tributárias, por exemplo".

Depois de pedirem mudanças no sistema de cobrança de Imposto de Renda, os empresários solicitaram ainda alteração no sistema de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e exigiram "o fim das orgias dos bancos estaduais, que vivem de rombos em rombos e o contribuinte é quem paga". Segundo Oliveira Santos, os empresários elogiaram, entretanto, a "atitude da Constituinte, que considerou intocáveis as terras produtivas", e aplaudiram a gestão do atual ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega. "É um homem que está com os pés no chão, tentando colocar no trilho certo o trem da economia brasileira", disse Oliveira Santos, acrescentando que não há outros procedimentos a tomar para corrigir o déficit público.

## Para jurista português, resultados são negativos

Até agora os trabalhos dos constituintes brasileiros demonstram "intenções positivas, mas resultados negativos", disse ontem, em São Paulo, o professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Jorge Miranda, que fez uma palestra sobre Inconstitucionalidade por Omissão, na Faculdade de Direito da USP. Ele considera negativo o fato de os parlamentares estarem "querendo pôr tudo na Constituição e não se concentrarem no essencial. Com isso, eles estão se perdendo nos acessórios", explicou o professor, que não poupou críticas ao tabelamento dos juros bancários, em 12%, estabelecido pela Constituinte: "Todos sabem que a variação dos juros está sujeita a leis da economia que dependem, muitas vezes, de decisões

internacionais. Uma medida como essa em texto constitucional enfraquece a Constituição, porque pode ser desrespeitada", enfatizou.

Sobre a atuação de lobbies na Constituinte, Jorge Miranda, que foi deputado constituinte em Portugal de 1975 a 1976, considera "natural" a pressão de grupos na tentativa de interferir no processo de elaboração da Carta. "O essencial é que os parlamentares tenham capacidade de ultrapassar as pressões e de decidir pelo interesse da nação brasileira. Já está o desafio", garante o professor. Ele também critica o imediatismo dos constituintes brasileiros e adverte que isso poderá até levar a "uma certa transitoriedade da futura Carta".

# Afif diz que a nova Carta já está superada

A Carta Constitucional que está sendo preparada em Brasília terá vida curta porque adota um modelo que pertence ao passado, declarou ontem o deputado Afif Domingos (PL-SP) ao se preparar para uma palestra no Diretório Acadêmico Getúlio Vargas, da FGV de São Paulo. Depois de 26 anos sem eleições, o País se vê às voltas com candidatos citados por Afif: Brizola, Jânio e Ulysses, "sendo poucos os que representam a vertente moderna de um projeto novo", disse Afif para uma platéia composta basicamente por jovens universitários.

"Falar sobre a realidade hoje frente à Constituinte tem que se levar em consideração o nosso passado", acentuou Afif Domingos. "O modelo que se iniciou em 1930, e que na verdade é um modelo que está morrendo no mundo inteiro, está sendo consagrado no texto constitucional, que eu chamo de tirania do status quo."

"O vício do corporativismo in-

duziu o governo fascista das décadas de 30 e 40, e em 50 foi retomado com a bandeira do social-nacionalismo, interrompido por Juscelino em 1956, que teve uma visão mais aberta, retomado pelos governos revolucionários, discurso este que coincidia com o comunismo na década de 50."

Essa visão que o deputado Afif Domingos chamou de "retrograda" está consagrada no texto constitucional: "Acabou unindo as esquerdas aos donos de cartórios empresariais, e aí resultou num modelo que está em desuso até na União Soviética. Retomamos o caminho do fascismo corporativista travestido de democracia progressista". Isso tudo acontece, ainda segundo Afif Domingos, porque entramos numa Constituinte sem um projeto para o País. "O que acabou prevalecendo foram os interesses de várias corporações que compõem ou circundam o Estado brasileiro. Eles fizeram o seu projeto o projeto nacional."